



ACÓRDÃO Nº692/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11340/2017.

Apensos: Processo nº 10074/2018.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Maternidade Alvorada.

4- Exercício: 2016.

5- Responsável: Elcinei de Lima Sampaio (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Bruno Vieira da Rocha Barbirato – OAB/AM 6975, Fábio Nunes Bandeira de Melo – OAB/AM 4331, Livia Rocha Brito – OAB/AM 6474, Paulo Victor Vieira da Rocha – OAB/AM 540-A, Leandro Souza Benevides – OAB/AM 491-A, Bruno Giotto Gavinho Frota, OAB/AM 4514, Pedro de Araújo Ribeiro – OAB/AM 6935, Igor Arnaud Ferreira - OAB/AM 10428, Laiz Araújo Russo de Melo e Silva - OAB/AM 6897, Larissa Oliveira de Sousa - OAB/AM 14193 e Mauricio Lima Seixas - OAB/AM 7881.

7- Unidade Técnica: DICAD.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 958/2021-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.

9- Relator: Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Maternidade Alvorada. Exercício de 2016.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas da Maternidade Alvorada, exercício de 2016, de responsabilidade da **Sra. Elcinei de Lima Sampaio**, responsável pelas Contas à época da Prestação, nos termos dos arts. 22, II e 24, da Lei n. 2.423/96 e art. 188, § 1º, II, da Resolução 04/02-TCE/AM;

10.2. Aplicar Multa a **Sra. Elcinei de Lima Sampaio**, como responsável pela Maternidade Alvorada, exercício de 2016, no valor de **R\$ 1.706,80** (Um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), com fulcro no art. 54, VII, da Lei nº 2423/96 – Lei Orgânica do TCE/AM c/c o art. 308, VII, do Regimento Interno deste TCE/AM, em vista da ausência de comprovação nos autos de possíveis condutas adotadas pela Gestora para demonstrar que houve o planejamento adequado a fim de evitar as contratações sem



ACÓRDÃO Nº692/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

o devido procedimento licitatório.

A referida multa deverá ser recolhida no **prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.3. Determinar à responsável e à atual administração da **Maternidade Alvorada**:

- 10.3.1.** Observância de todas as condutas necessárias para que haja o planejamento adequado que possa honrar as demandas da Maternidade, evitando com isso que haja a contratação sem o devido procedimento licitatório;
- 10.3.2.** Observar com rigor as determinações contidas nos artigos 2º, 24, inciso II, 25 e 26, todos das da Lei nº 8.666/93, a fim de evitar compras diretas, sem a observância do procedimento licitatório adequado;
- 10.3.3.** Observância da necessidade de emissão do Relatório e Parecer de Controle Interno do Órgão;
- 10.3.4.** Observância do disposto no artigo 94, 95, 96 e 106, inciso II, da Lei nº 4.320/64, preservando a necessidade do controle de materiais em estoque no almoxarifado e registro dos bens patrimoniais.

10.4. Determinar à próxima Comissão de Inspeção da Maternidade Alvorada, que observe se foram adotadas às determinações contidas no Relatório/Voto, sob pena de considerar a Gestora em reincidência, nos termos artigo 188, §1º, inciso III, alínea "e", do Regimento Interno desta Corte;

10.5. Dar ciência a **Sra. Elcinei de Lima Sampaio**, na qualidade de Diretora da Maternidade à época, e aos demais interessados existentes nos autos, acerca do desfecho dos autos.

11- Ata: 24ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 21 de Julho de 2021.



ACÓRDÃO Nº692/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em substituição), Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Presidente, em substituição

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral